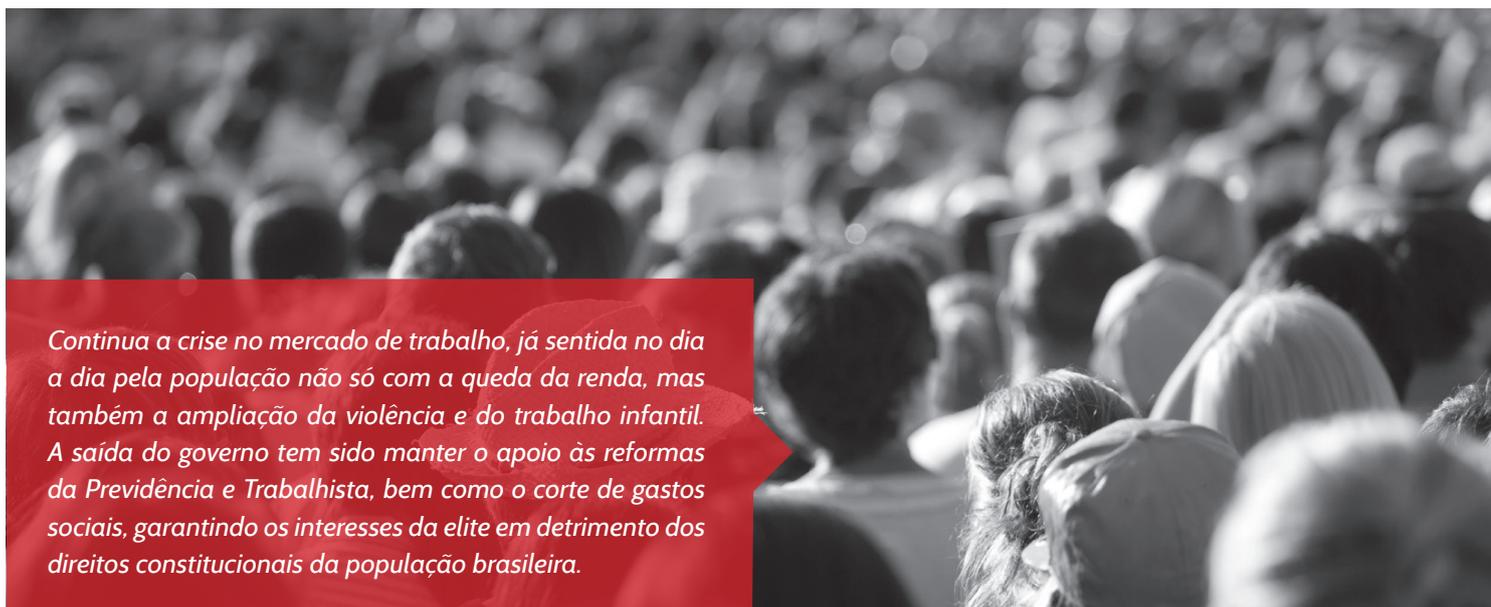


# SOCIAL



*Continua a crise no mercado de trabalho, já sentida no dia a dia pela população não só com a queda da renda, mas também a ampliação da violência e do trabalho infantil. A saída do governo tem sido manter o apoio às reformas da Previdência e Trabalhista, bem como o corte de gastos sociais, garantindo os interesses da elite em detrimento dos direitos constitucionais da população brasileira.*

## Reforma da Previdência, gasto público e interesses

No texto para discussão do Instituto de Economia da Unicamp *A política social e os limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014)*, André Calixtre e Eduardo Fagnani fazem uma estimativa dos beneficiários diretos e indiretos da seguridade social, com dados de dezembro de 2015: pode-se estimar que foram beneficiados 40,2 milhões de famílias e, indiretamente, outros 100,5 milhões de pessoas (demais membros da família). Dessa forma, direta e indiretamente, ela transferiu renda para 140,7 milhões de indivíduos.

Se os autores apontam aspectos positivos do gasto com seguridade social, por seu efeito multiplicador sobre o PIB e efeito redistributivo, também indicam o baixo efeito multiplicador do gasto com juros da dívida pública sobre o PIB e que o gasto com juros no país piora a distribuição de renda. Ou seja, para a geração de crescimento econômico, renda e emprego, é mais produtivo realizar gastos sociais em geral (em especial gastos com seguridade social, com grande impacto social), do que realizar gastos com juros, o que tem sido o contrário do praticado atualmente.

Nesse momento de queda da inflação e manutenção das taxas de juros altíssimas, o diferencial de juros reais da economia – que já é um dos mais altos do mundo – se amplia. O gasto com juros pelo governo brasileiro, que fugiu do controle da Emenda Constitucional 95 (PEC 55/PEC 241) continua cres-

cendo e favorece poucas famílias, mas beneficia grandes interesses econômicos. Por outro lado, a seguridade social brasileira, que beneficia direta ou indiretamente quase três quartos da população, está em risco com a Reforma da Previdência.

Ainda sobre os gastos públicos, o estudo dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair, *Resultado primário e contabilidade criativa: reconstruindo as estatísticas fiscais 'acima da linha' do governo geral*, questiona a narrativa de que a deterioração recente do resultado primário tenha sido provocada por um aprofundamento do expansionismo fiscal via gastos: as taxas reais de crescimento do gasto não se tornaram maiores no período recente, de modo que não se pode caracterizá-lo como o mais expansionista pelo lado da despesa pública, segundo os autores. Tal narrativa baseou a aprovação da Emenda Constitucional 95. Segundo os autores, a deterioração recente está associada à crise econômica e a seus efeitos sobre a receita pública, ou seja, desaceleração nas taxas de crescimento das receitas e não aceleração do ritmo de aumento do gasto.

## Crise do mercado de trabalho e seus reflexos na sociedade

Para o primeiro trimestre de 2017, a taxa de desocupação no país foi de 13,7% segundo a Pesquisa

Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNADC), computada pelo IBGE. O desemprego continua em trajetória de crescimento desde o início de 2015.

Com a crise econômica e do mercado de trabalho, para se salvar da crise política (considerando que o apoio de grandes forças políticas e econômicas é dado a Temer somente enquanto representante do projeto conservador das reformas), o governo Temer continua apostando na Reforma Trabalhista como forma de retomar o crescimento do emprego. Não há indicativos sólidos de que o país teria voltado a crescer – e, diga-se de passagem, questiona-se a confiabilidade das novas séries de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a atividade econômica, já que os valores calculados com a metodologia anterior foram descontinuados. Ainda assim, a equipe econômica, em especial Henrique Meirelles, aposta que a partir de agosto o Brasil passará a gerar empregos, ao invés de aprofundar o buraco do desemprego, no qual entrou a partir do início de 2015, com a mudança da política econômica. Não se sabe, no entanto, de onde virá esse crescimento do emprego apontado pelo ministro da Fazenda.

Por outro lado, com alto (e crescente) desemprego e crescimento da informalidade embasado nos dados, o Brasil foi lembrado, no Dia Mundial contra o Trabalho Infantil (12 de Junho), por mais de 2,6 milhões de crianças e adolescentes que estão trabalhando, embora a Constituição Federal proíba o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Tínhamos vivido, nos anos 2000, uma queda do número absoluto e relativo de crianças e adolescentes trabalhando, mas tais números voltaram a crescer nos últimos anos.

Outro quesito agravado pela crise econômica e em especial a crise do mercado de trabalho é a violência no Brasil, que continua tendo como vítimas fatais o mesmo perfil típico: homens, jovens, negros e com baixa escolaridade, segundo o Atlas da Violência 2017, lançado pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública neste mês. A publicação alerta que, na última década, o viés de violência contra jovens e negros aumentou ainda mais. Embora em termos de letalidade violenta as mulheres sejam menos afligidas, centenas de milhares de violências afligem a população feminina, também com amplas diferenças

se considerada juntamente à questão de raça/cor.

Assim, temos visto os efeitos do rompimento do arranjo positivo formado por políticas sociais, crescimento econômico, geração de emprego, aquecimento do mercado interno e redução da desigualdade, que se reforçaram mutuamente durante os anos 2000 no Brasil. Agora, os efeitos da crise econômica e no mercado de trabalho são sentidos em diversos indicadores sociais, desde o crescimento da taxa de desemprego ao crescimento da violência, sem algum fator que consiga impulsionar o país de volta ao crescimento e a preocupação de buscar um crescimento econômico que privilegie a geração de emprego e renda, tal como viveu o país até 2015.

De fato, mesmo que o país realize as reformas liberalizantes propostas por Temer (como a Trabalhista ou a da Previdência), não está provado que isso será suficiente para empurrar o país de volta ao crescimento: se por um lado há “pressões” de empresários que afirmam que só investirão caso as reformas saiam, por outro lado há diversos estudos da Organização Internacional do Trabalho que mostram que, no curto prazo, reformas que retiram direitos podem aumentar ainda mais o desemprego, por exemplo por seu efeito na demanda agregada, com a redução de direitos (que podem ser entendidos como uma redução da renda).

Não é possível acreditar que somente as reformas, sem crescimento econômico, retirem o país da crise. Quanto a isso, artigo de Andana Banerji, publicado no site do FMI, discute o crescimento do desemprego na Europa, em especial o desemprego entre os jovens. O autor, apesar de não debater os efeitos empíricos da flexibilização do trabalho na geração de demanda na Europa, continua a defendê-la, como é posição do FMI, o que é defendido também hoje pelo governo de Michel Temer no Brasil. Mas a grande ênfase se dá na importância do crescimento econômico para combater o desemprego e, neste caso, a política econômica de ajuste fiscal, em especial com o corte de investimentos públicos, vai na direção contrária do argumento do autor. No Brasil, o governo tem aprofundado a recessão, impedido o crescimento econômico e assim o desemprego cresce cada vez mais, batendo vários recordes (negativos) segundo os últimos dados da PNADC.